Onde estão os adultos?

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Depois da longa história de golpes contra a democracia, é natural que democratas comemorem a condenação de golpistas pela Justiça. Mas o Brasil precisa saber que juízes punem golpistas, mas não constroem democracia. Só políticos podem construí-la, se tiverem maturidade para fazê-la eficiente, justa e respeitada pela população. A indignação dos eleitores é mais indutora de golpes do que as armas de militares. A própria Justiça que prende golpistas, desincentiva a democracia quando, baseada nas leis da política, protege juízes corruptos com aposentadorias precoces no lugar de cadeia.

A atual geração de políticos transmite impressão de que não há adultos na sala da República. Adultos consideram as consequências de seus atos para o conjunto da sociedade e para o futuro. Sob essa perspectiva, a política brasileira está carente de adultos, os políticos parecem brincar, sem responsabilidade com o país e seu futuro. Crianças não pensam no coletivo nem no longo prazo — querem seus doces e brinquedos para saciar seus desejos imediatos. Nossos representantes se comportam da mesma forma: brincam de votos, de eleições, de projetos de lei e até de reformas constitucionais. Sobretudo, brincam com o destino dos recursos públicos, sem considerar os interesses comuns da população nem o futuro da nação.

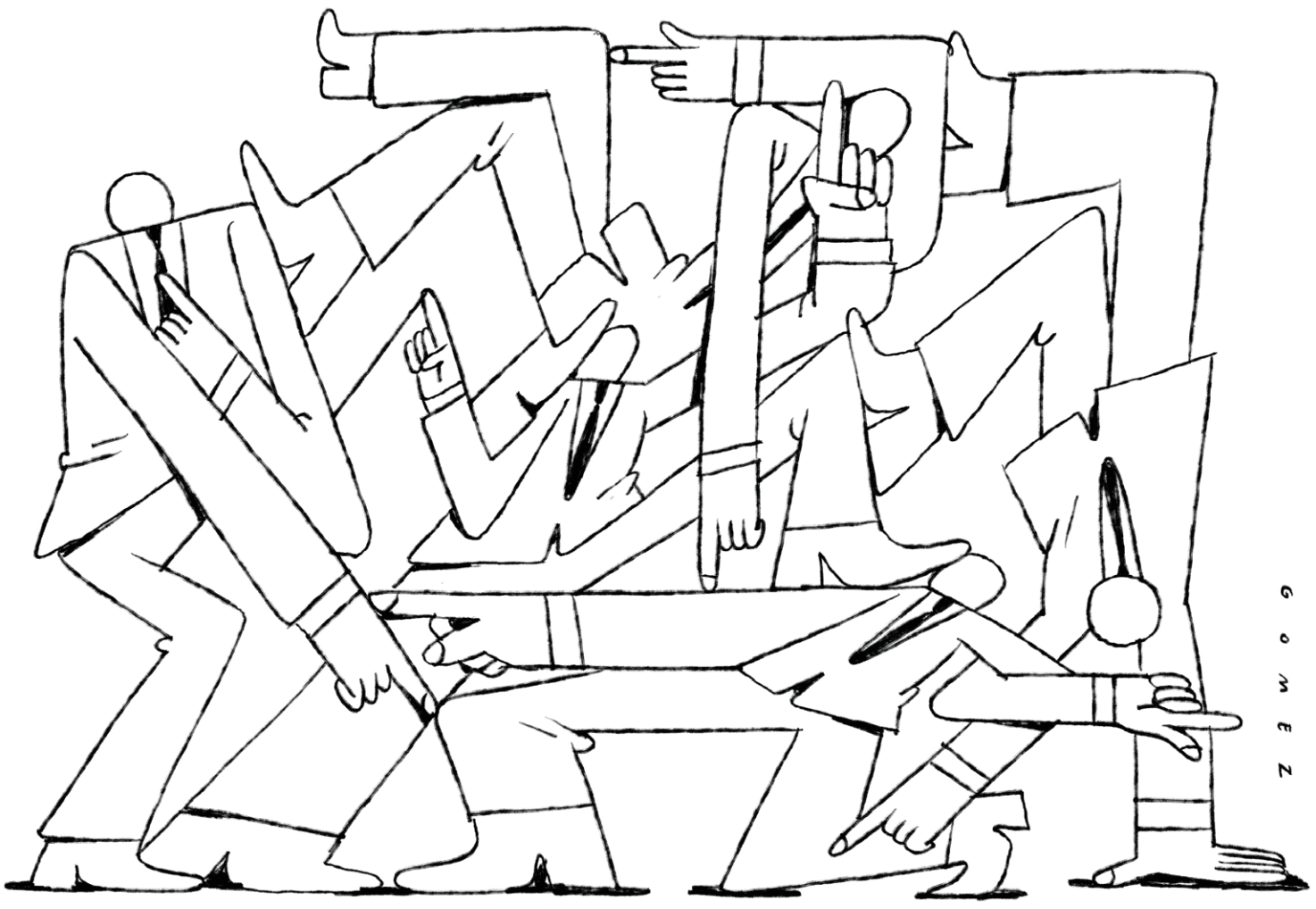
As emendas parlamentares, algumas sob a forma de "Pix", é exemplo dessa brincadeira. Grande parte desses recursos tem sido destinada a projetos de caráter eleitoreiro, voltados a agradar aliados em troca de apoio político, sem coordenação com as prioridades do país, nem consequência no enfrentamento dos desafios nacionais. A ação política hoje está repleta de devaneios típicos das brincadeiras infantis, sem consequência real na condução da nação. Os parlamentares brincam com o dinheiro público e se beneficiam dele sem compromisso com o conjunto da sociedade.

A própria ideia de anistiar criminosos que atentaram contra a democracia não é algo que se espere de adultos comprometidos com a democracia. Mas também não se comportam como adultos os democratas que comemoram o gesto maduro dos juízes, mas não tomam as atitudes necessárias para consolidar a democracia. A prisão do ex-presidente e de militares golpistas é um passo histórico, mas insuficiente para garantir a consolidação democrática se os políticos continuarem brincando de política, enriquecendo com a corrupção, ignorando as necessidades do povo, mantendo supersalários, mordomias, privilégios, desperdícios e sem assegurar educação de base com alta qualidade para todos.

São raros, hoje, os líderes que podem ser considerados suficientemente adultos para pensar no futuro do país, respeitar o povo, articular uma base de apoio sólida para realizar os projetos necessários e formular estratégias para construir a nação que desejamos. Isso exigiria definir prioridades e pactuar sacrifícios no presente, em nome de um futuro comum para todos, o que caracterizaria adultos fazendo política, e não brincando de fazer política.

Hoje, na sala da República, parece não haver adultos. Temos políticos claramente infantilizados que pedem proteção a grandalhões do bairro vizinho para bater em seus compatriotas com tarifaço e outras ameaças contra a soberania nacional. São políticos infantis e traidores da pátria. Mas aqueles que defendem a soberania não parecem entender que, na ótica adulta, essa defesa exige mais do que julgamento jurídico, requer unidade nacional que ultrapasse o núcleo restrito ao governo e seus aliados.

A soberania não se sustenta em um país onde a nação é confundida com o partido no poder: ou ela pertence a todos — salvo os traidores —, ou não resiste. Para defender a soberania com o apoio de todos — excetuando os traidores —, é preciso dialogar, estender a mão, construir pactos com todos os que a desejam, mesmo que com divergências eleitorais e estratégicas. Requer a formulação e a implantação de uma agenda comum que viabilize a unidade necessária para justificar e sustentar a nação soberana. Essa, talvez, seja a mais grave infantilidade da política atual: a incapacidade de construir uma agenda comum para um destino compartilhado, com democracia consolidada, sem pobreza, sem corrupção, com distribuição justa da renda.



Dia do Auditor Fiscal da Receita: sem fiscalização, não há Estado que funcione

» **RUBENS RORIZ**
Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita do Distrito Federal (AAFIT)

» ÉSIO VIEIRA DE ARAÚJO
Presidente da Associação da Carreira Auditoria Tributária do DF (Acate)

» WANDERSON VIEIRA
Presidente do Sindicato da Carreira Auditoria Tributária do DF (Sinafite-DF)

O funcionamento do Estado depende de muitas engrenagens. Algumas são visíveis, como a sala de aula, o posto de saúde ou a viatura policial. Outras permanecem escondidas nos bastidores, embora sejam igualmente vitais. É o caso da fiscalização tributária. Sem ela, os recursos simplesmente não chegam ao caixa público; e, sem recursos, não há como manter serviços, pagar salários ou realizar investimentos.

No Distrito Federal, essa função é exercida por uma carreira singular: os auditores fiscais da Receita do DF. Diferentemente do que ocorre em outras unidades da Federação, aqui a carreira acumula a responsabilidade de arrecadar não apenas tributos típicos da esfera estadual, como ICMS e IPVA, mas também impostos de natureza municipal, como ISS e IPTU. Trata-se de uma atribuição ampliada que concentra em uma única estrutura a tarefa de financiar praticamente todo o funcionamento da máquina pública distrital.

Os números falam por si: em 2024, a arrecadação distrital alcançou R$ 24,8 bilhões — crescimento real de 10,3% sobre 2023. É fundamental destacar que esse crescimento ocorreu sem a elevação da carga tributária. Ou seja, o Distrito Federal tem mais recursos para financiar políticas públicas sem que seus cidadãos tenham que tirar mais dinheiro do seu bolso. Isso foi possível com atuação eficiente e estratégica e com fiscalização firme sobre quem, ao não pagar seus impostos devidamente, desvirtua o ambiente de negócios e aumenta o peso da contribuição para os contribuintes honestos.

Em 2024, foram lavrados autos de infração no montante de R$ 742 milhões nas mais variadas operações de combate aos crimes contra a ordem tributária. Recursos que, sem fiscalização, estariam fora do orçamento da saúde, da educação e da segurança.

O debate público, no entanto, costuma se limitar ao tamanho da carga tributária. Pouco se discute sobre a qualidade da arrecadação. Pouco se enxerga que, em um ambiente sem fiscalização, quem cumpre a lei é punido e quem burla o sistema é premiado. A concorrência desleal se instala, corroendo a economia e aprofundando desigualdades. O auditor fiscal da Receita é justamente quem evita que isso aconteça.

Por isso, a instituição do Dia do Auditor Fiscal da Receita do DF, celebrado neste 21 de setembro, merece reflexão. A lei aprovada em 2023, que incluiu a data no calendário oficial, não deve ser lida como uma simples homenagem corporativa. É uma oportunidade de trazer ao debate público a centralidade de uma profissão que garante o funcionamento da máquina pública e, por consequência, da própria vida em sociedade.

A coincidência simbólica também merece registro: 21 de setembro é o dia de São Mateus, o cobrador de impostos que, segundo a narrativa bíblica, abandonou sua função para seguir Jesus Cristo. Se na história religiosa o coletor é lembrado como alguém que deixou os tributos para viver a fé, no mundo contemporâneo o auditor fiscal permanece como alguém que dedica a vida a transformar tributos em cidadania.

Essa reflexão é ainda mais urgente porque o país vive uma transição profunda. A Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional 132 promete simplificação e racionalidade. Mas não há reforma que funcione sem uma administração tributária forte. Um imposto novo não garante, por si só, mais justiça. É preciso quem o fiscalize, quem assegure que a lei será cumprida, quem traduza as promessas da reforma em realidade concreta.

Nesse contexto, duas propostas em discussão no Congresso são fundamentais. A primeira é a Lei Orgânica Nacional das Administrações Tributárias (Lonat), que vai definir normas gerais para os Fiscos de todo o país. Seu papel é assegurar direitos, deveres e garantias dos auditores, oferecendo segurança jurídica e uniformidade. Não se trata de defender privilégios, mas de estabelecer uma base legal sólida para que a arrecadação dos tributos seja transparente e efetiva.

A segunda é o PLP 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Esse colegiado terá a responsabilidade de coordenar a aplicação do novo tributo, harmonizando procedimentos e reduzindo disputas. A governança do IBS será decisiva para evitar insegurança jurídica e garantir que a reforma produza o efeito esperado: simplificar sem criar problemas.

É nesse ponto que a valorização do auditor fiscal da Receita transcende qualquer pauta corporativa. Ela interessa à sociedade como um todo. Um Fisco fragilizado significa menos arrecadação, mais desigualdade e serviços públicos precários. Um Fisco fortalecido, por outro lado, é condição para que a democracia funcione, porque não há cidadania plena onde não há financiamento adequado do Estado.

O que acontece no Peru?

» **EUGENIO ZAFFARONI**
Foi juiz da Corte Suprema Argentina e da Corte Interamericana de Direitos Humanos

GUIDO CROXATTO
Pesquisador da Universidade de Buenos Aires e do Conicet

É lamentável termos de voltar a chamar a atenção para um fato tão grave que, desde 2009, se converteu em costume: nossa região volta a ter um presidente constitucional, um presidente legítimo, mal destituído, mal detido, arbitrariamente preso. A saga que começou com a detenção de Manuel Zelaya em Honduras, em 2009, e se estendeu por todo o continente sul-americano — alcançando sua máxima expressão com a prisão de Lula e o exílio de Evo Morales — tem hoje um novo protagonista, ainda invisibilizado: Pedro Castillo.

Assim como Zelaya, Castillo buscou reformar a Constituição de seu país. Não o deixaram. Foram necessários mais de 100 dias para reconhecerem sua vitória. Os opositores diziam que "os índios (que o haviam eleito) não sabem votar". No Peru, subsiste uma discriminação histórica dos setores da costa contra os setores da serra, aos quais pertence Castillo, professor rural (e primeiro presidente oriundo do campo na história peruana). Após o reconhecimento de sua vitória, jamais lhe permitiram exercer plenamente as funções de governo, muito menos promover a reforma constitucional para incorporar a cota indígena no Congresso, como havia prometido.

As irregularidades jurídicas se aprofundaram: Castillo foi destituído de forma ilegal, com menos votos que o número mínimo exigido pela lei. Foi preso pela polícia sem que houvesse prévio julgamento político no Congresso. A detenção ocorreu antes da atuação congressual, e não depois, e foi realizada apenas para justificar a posteriori a conduta irregular da polícia. Por isso, é arbitrária.

Em uma democracia constitucional, a polícia não detém presidentes. Tampouco lhes coloca algemas nem os encarcera sem julgamento político. E, se destituídos — como na Coreia do Sul — após processo de impeachment, este deve contar com todas as garantias do devido processo legal. É imperativo que todas as garantias sejam respeitadas. A Castillo não foi respeitada nenhuma. Nenhuma sequer. O quadro é particularmente grave, pois estão em jogo não apenas os direitos civis e políticos do representante, mas também os de todos os representados, cuja vontade política resta violada, defraudada, negada.

Após a destituição irregular, irromperam protestos. Mais de 60 pessoas foram assassinadas nas ruas. No mesmo período, a França presenciava protestos contra a reforma trabalhista de Macron. Apesar de terem sido muito mais intensos que no Peru, na França não houve mortos. Nenhum ferido sequer. No Peru, dezenas de manifestantes desarmados e pacíficos foram mortos; outros agonizaram por semanas até falecer em hospitais. Suas mortes seguem invisibilizadas, apenas retratadas em retábulos de Ayacucho. As vidas no Peru valem menos que as vidas na França? A Anistia Internacional publicou relatório — cuja apresentação foi censurada pela prefeitura de Lima — indagando: "Quem deu a ordem de atirar?"

Parece que, em nossos países, vigora um direito penal e processual constitucional para as classes altas e outro, bem distinto, para os setores subalternos, empobrecidos e marginalizados. Advogados internacionais não puderam viajar ao Peru para visitar Castillo, pois o país proibiu a entrada de defensores "estrangeiros" em estabelecimentos prisionais.

Apesar de todas essas medidas arbitrárias, que buscam cercear sua defesa, Castillo continua a ser o único presidente legítimo do Peru. Os demais incorrem no delito de usurpação de funções.

O povo peruano está sendo governado de fato por aqueles que foram derrotados nas urnas. Castillo venceu Keiko Fujimori no segundo turno presidencial de 2022. Oposição firme ao indulto de Alberto Fujimori. Após sua destituição irregular, o governo de fato concedeu o indulto a Fujimori pai, em afronta às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que governa com a anuência do fujimorismo. Hoje, o Peru pretende abandonar o sistema interamericano de direitos humanos, promovendo a anistia de militares condenados por crimes gravíssimos. A mesma prática que Fujimori adotara 30 anos antes. A história, tristemente, repete-se. Nós, juristas, não podemos permanecer em silêncio. O Peru necessita de nossa voz.

A "vacância" com a qual o Congresso peruano afirma ter destituído Castillo obteve apenas 101 votos, quando o regimento do Congresso estabelece de forma clara — e taxativa — que o número mínimo exigido para a validade do ato é de 104 votos. A vacância, portanto, é nula. Carece de qualquer validade jurídica.

Como repetem em alguns poucos bairros ricos de Lima, como Miraflores: um "cholo" não pode ser presidente. Não se trata de questão jurídica. É, antes de tudo — como diria Charles Wade Mills (célebre por suas críticas às teorias ideais de justiça de Rawls) — uma questão racial.